



## SACRALIZAÇÃO DA POLÍTICA E POLITIZAÇÃO DO SAGRADO<sup>1</sup>

---

Gisele Gomes<sup>2</sup>

Resenha de:

BLANCARTE, Roberto Pimentel; CAPDEVIELLE, Pauline; FUENTES, Mariana Molina (Org.).  
*Sacralización de la Política y Politización de lo Sagrado*. Cidade do México: Universidad  
Nacional Autónoma de México, 2022. 235 p.

A obra “Sacralização da política e politização do sagrado”, escrita em espanhol e publicada pelo Instituto de Investigações Jurídicas da Universidade Autônoma do México conta com um capítulo de apresentação escrito pelos organizadores Roberto Pimentel Blancarte<sup>3</sup>, Pauline Capdevielle<sup>4</sup> e Mariana Molina Fuentes<sup>5</sup> e abarca outros nove capítulos com diferentes pesquisadores. “Sacralización de la política y politización de lo sagrado” é um livro que explora a relação entre religião e política. A obra discute o uso de símbolos, discursos e práticas religiosas no campo político, bem como, a politização de elementos sagrados.

Os temas abordados no livro vão desde a liberdade dos indivíduos e a igualdade das minorias religiosas até à gestão da pluralidade e o papel da religião na política, passando por áreas interdisciplinares como teologia, sociologia, antropologia e política. A “sacralização da política” é um termo que se refere ao processo de tratar características ou conotações religiosas da política, tornando-a quase como uma instituição sagrada ou transcendental. Essa influência pode ocorrer de várias maneiras e tem implicações significativas na sociedade e na governança dos países e de seus diversos atores sociais.

A obra apresenta artigos que versam sobre o imbricado e complexo sistema que envolve a religião, a política e a esfera pública em países da América Latina. Destaca o enraizamento dos símbolos religiosos na esfera pública, bem como as formas pelas quais a religião e a política se cruzam e se influenciam nas sociedades latino-americanas, examinando as estratégias utilizadas pelas igrejas cristãs (especialmente pentecostais e católicas) para ocupar a política e o parlamento em diversos países.

---

<sup>1</sup> Enviado em: 19.09.2023. Aceito em: 14.11.2023.

<sup>2</sup> E-mail: [gisele@giselegomes.com](mailto:gisele@giselegomes.com).

<sup>3</sup> Sociólogo, historiador e cientista social mexicano especializado em religião, laicidade e democracia. É professor-investigador do Colégio de México.

<sup>4</sup> Pesquisador em direitos humanos, Estado laico, bioética, livre desenvolvimento da personalidade e direitos sexuais e reprodutivos. É licenciado em Direito, mestra e doutora em Direito Público.

<sup>5</sup> Foi Coordenadora da Cátedra Extraordinária “Benito Juárez”, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), e co-fundadora do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Secularização, Secularismo e seus efeitos no exercício de direitos.

No capítulo 1, *Religión, política y esfera pública em Brasil*, Marcelo Ayres Camurça, Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, historiador e sociólogo; discorre sobre o papel da religião na política, a gestão da diversidade religiosa e o uso de símbolos e práticas religiosas na esfera política. Sua pesquisa examina as tensões e dissonâncias na relação entre religião e esfera pública no Brasil contemporâneo e a entronização de símbolos religiosos em espaços públicos, a presença da religião na educação pública e nos hospitais, e as ações de católicos e evangélicos como freio à legislação laica em defesa das minorias e dos direitos humanos. Notadamente o artigo aborda a ascensão do cristianismo evangélico, e seu impacto na relação entre religião e política.

Nesse sentido para Jack Merino, em seu capítulo 2: *Interacciones entre el Estado y las religiones: una revisión crítica al modelo liberal*, apresenta argumentos que exploram a relação entre a religião e o Estado num contexto democrático liberal. O artigo discute a importância de rever criticamente a relação entre as religiões e o Estado democrático liberal que promove o secularismo. Explora o papel da religião na esfera pública, a gestão da diversidade religiosa e as tensões entre a liberdade religiosa e outros direitos fundamentais. O livro também examina o modelo liberal do secularismo e suas limitações ao lidar com o pluralismo religioso. Em uma proposta que convida à reflexão, Merino propõe conceber a religião não simplesmente como um conjunto de crenças e práticas religiosas, mas também como identidade e expressão do indivíduo, o que permite às pessoas definir sua forma de atuar no mundo. Para tanto é preciso analisar a relação entre o Estado e as religiões, além de realizar uma revisão crítica entre as religiões e o estado democrático liberal que promove o secularismo, ou seja, uma separação estrita entre religião e governo.

A socióloga mexicana, Renee de La Torre, no capítulo 3, intitulado: *Los retos de la videogracia para repensar la laicidad en México*, propõe pensarmos o desafio do uso das redes sociais e outras plataformas digitais como um fenômeno cultural que está moldando a forma como as pessoas pensam e agem de forma a desafiar os valores e crenças tradicionais da sociedade mexicana. O artigo sugere que novas tecnologias e formas de informação comunicação - TIC (rádio, Youtube, Facebook, Twitter e outros), muitas vezes não regulamentados, estão criando novas formas de religiosidade e espiritualidade que não são necessariamente compatíveis com o secularismo. A partir dessas plataformas de comunicação ocorrem formas de socialização e construção de comunidades que nem sempre estão baseadas em instituições religiosas tradicionais. Outro ponto trazido pela autora é o crescimento de religiões pentecostais no México, assim como um crescente número de pessoas sem religião, em particular em um país tradicionalmente católico.

Graham Hill, Doutor em Sociologia pela Universidade de Berkeley, no quarto capítulo que trata de *Negociaciones cotidianas del concepto de la religión y sus consecuencias prácticas para la política*, explora a existência e o funcionamento de alguns grupos que se encontram no limiar entre religião, espiritualidade e política. Como exemplos, Hill, cita grupos de inspiração religiosa como *Morena* na México e *Tea Party* nos Estados Unidos que se apresentam como “movimentos do povo”, mas que são essencialmente partidos políticos que usam da religião para fortalecimento. Aprofundando-se na questão da espiritualidade, Hill se concentra na questão da francomaçoneria, que se caracteriza por um pedido duplo tanto do político quanto do religioso dentro de sua organização. Outro fenômeno sui generis é o grupo ao qual o autor chama a “Good News Businessmen's Brotherhood”, uma fraternidade de homens de negócios cristãos carismáticos que defendem a laicidade e se valem de esta para levar sua mensagem às escolas públicas, corporações de política e escritórios de governo.

No capítulo quinto, *Partidos políticos fundados sobre referencias religiosas: un esbozo comparativo*, escrito por Jean-François Mayer bem como no capítulo 6: *La inmaculada política de los salvos. Moral y religión en la agenda pública de los partidos políticos* de Felipe Gaytán Alcalá nos é apresentada a relação entre religião e política na América Latina que deve ser entendida no contexto das recentes transformações sociopolíticas e culturais. A dinâmica de poder entre atores religiosos e políticos está sujeita a disputas, tensões e negociações, dependendo do equilíbrio de poder entre eles. A discriminação com base em crenças religiosas pode ocorrer no local de trabalho e é um exemplo de como as crenças religiosas podem ter consequências práticas. O uso da religião como recurso para lidar com a violência pode variar entre diferentes grupos religiosos e é moldado pelos seus contextos sociais e culturais. A relação entre política, dinheiro e poder é um dilema para as democracias nas Américas e é influenciada pelas crenças das pessoas sobre as consequências de suas escolhas. Os fatores culturais desempenham um papel significativo nos processos de negociação internacional e precisam de ser tidos em conta para alcançar resultados bem sucedidos.

Dessa forma, a religião e os partidos políticos podem cruzar-se de várias maneiras, e existem diferentes conjuntos de casos que foram estudados para compreender esta intersecção. Alguns partidos políticos têm referências religiosas e "credenciais cristãs", como o *Rassemblement National* francês, que foi analisado em termos da sua relação com os cristãos. Os partidos políticos católicos na América Latina tiveram experiências contrastantes, e a sua relação com a política autoritária foi analisada para avaliar em que condições se apoiam em valores religiosos. Há um debate sobre o papel da religião na esfera pública, e alguns estudiosos defendem que a retórica baseada em ditos valores religiosos devem ser usados apenas como último recurso. Os partidos políticos podem usar referências religiosas e valores morais para atrair os eleitores e moldar políticas públicas. A relação entre religião e política pode variar dependendo do contexto e pode ser influenciada por fatores como cultura, história e normas sociais. As crenças religiosas dos representantes políticos podem diferir das dos seus eleitores, e isto pode ter implicações nas suas decisões políticas.

No sétimo capítulo, Cristian Rojas González, Doutor em Ciências Políticas, expõe em: *El ascenso del lenguaje religioso en el discurso público. Elecciones de 2018 en Colombia* a relação entre religião e política, e de que forma essa ligação pode atuar como um forte divisor na sociedade, fomentando a polarização. Há uma florescente ascensão da linguagem religiosa nos discursos públicos durante as eleições em alguns países como a Colômbia. O uso da linguagem religiosa no discurso público é visto como uma forma de sacralização da política, que pode ter efeitos positivos e negativos na democracia. A ascensão da linguagem religiosa no discurso público não é exclusiva da Colômbia, mas faz parte de uma tendência mais ampla na América Latina, onde os movimentos de direita têm ganhado terreno nos últimos anos. O uso de uma linguagem religiosa em países subdesenvolvidos e com formação histórica religiosa podem acarretar impactos na tomada de decisão dos diversos atores sociais.

No oitavo capítulo, *Laicidad, escuela socialista y evolución biológica en México, 1925- 1940*, as autoras Erica Torrens, Alicia Villela e Ana Barahona discorrem sobre a evolução da educação no México, fazendo sucesso no projeto de educação socialista empreendido durante o período do general Lázaro Cárdenas e, em particular, o ensino da teoria da evolução como uma mostra da abertura do governo como um ensinamento científico e leigo efetivamente. Esta forma de educação foi introduzida na Constituição por meio da reforma de 1934 para despojar a religião de sua

presença como força social, tornando-a menos visível e menos importante na vida dos cidadãos, aspirando também a uma secularização da cultura e a sociedade, mas também da mente humana.

No capítulo 9, Vladimir Chorny em seu artigo *Deliberación y esfera pública: los públicos, sus discursos y la desigualdad política* disserta sobre processos deliberatórios e a esfera pública, e de que forma esses conceitos estão relacionados com a igualdade política e o papel dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Sabemos que a esfera pública se refere ao espaço onde os cidadãos podem expressar suas opiniões e participar de debates públicos. É um elemento crucial da democracia, pois permite aos cidadãos responsabilizar os que estão no poder e influenciar as decisões políticas, desdobrando-se em diferentes deliberações. Entretanto, identificamos a partir da leitura desta obra que à medida que ocorre a sacralização da política a desigualdade política tende a aumentar. Isto porque há um incremento desigual de poder e influência nos processos de tomada de decisão política, do qual advém vários fatores, como desigualdade econômica, exclusão social ou discriminação.

Por fim, atestamos que a obra é extremamente atual e necessária para todas aquelas pessoas que desejam compreender as novas configurações da sociedade; especialmente em um tempo em que religião, política e interesses econômicos se sobrepõem. Identificamos que a politização do sagrado traz consigo um cenário bastante temerário porque líderes, sejam eles religiosos, políticos e empresariais têm diferentes interesses, valores e perspectivas e acabam por influenciar de forma contundente a população.

Há em curso uma série de ações políticas fundamentadas na religião, pois em vários países, a política é fortemente influenciada por instituições religiosas, e as políticas governamentais são formuladas com base em princípios religiosos específicos. Isso pode levar à imposição de crenças religiosas sobre a população, às vezes em detrimento das liberdades individuais. Como exemplo recente, podemos citar a lutar por direitos reprodutivos na maioria dos países latino-americanos e pela manutenção de direitos de pessoas homoafetivas.

Nesse cenário há uma crescente polarização e conflito, pois quando a política é sacralizada, as diferenças políticas podem ser percebidas como diferenças religiosas, tornando os debates políticos mais intensos e polarizados, o que pode acarretar conflitos e divisões na sociedade. Desta forma, a sacralização da política pode ser prejudicial à democracia, pois pode dificultar a crítica construtiva e o diálogo político. Quando uma política é vista como algo sagrado e intocável, é mais difícil questionar ou responsabilizar os líderes políticos.

Além disto identificamos um emergente populismo religioso entendido como um exemplo específico de sacralização da política, no qual os líderes políticos exploram questões religiosas para mobilizar apoio popular e alcançar objetivos políticos. É importante notar que a sacralização da política pode ocorrer em diferentes graus e formas em diferentes países e contextos. Ela pode ter implicações profundas na governança, na estabilidade social e nas liberdades individuais, e é frequentemente objeto de debates e controvérsias.